

Empresários afirmam que solução é política

SÃO PAULO (O GLOBO) — A situação econômica brasileira tornou-se tão grave que a solução, agora, só poderá ser encontrada pelo caminho político. No plano interno, onde o ponto nevrálgico é a dívida pública, só um pacto entre o Governo, empresários e trabalhadores poderá conduzir a nação de volta a um novo estágio de desenvolvimento, embora de ritmo muito mais lento do que nos bons anos da década de 70.

Este é, em síntese, o pensamento de destacados empresários paulistas como o Presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, para quem as mudanças de rumo na política econômica só podem ser feitas com a ação direta do Presidente Figueiredo. Cabe ao Presidente da República, segundo ele, a liderança no processo, convocando e mobilizando a nação para operar as transformações necessárias.

Setúbal considera a dívida interna, pela sua dimensão, o ponto crítico das dificuldades, ao lembrar que o Governo enfrenta muitos problemas para a rolagem. Daí absorver a poupança nacional, através da emissão de ORTNs e LTNs, "o que eleva os juros e incentiva a especulação financeira".

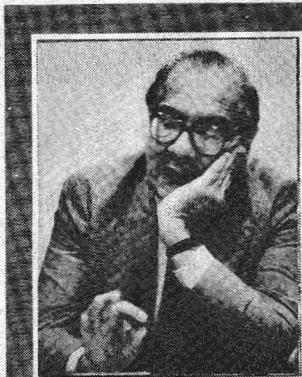
MUDANÇAS PROFUNDAS

O Presidente da Trol, Dilson Funaro, acha que chegará um momento — "e isso ocorrerá em breve" — que o próprio Presidente Figueiredo julgará ser a hora de mudar profundamente a política econômica, "o que significará a substituição dos Ministros da área econômica".

Eu, particularmente, nada tenho contra os ministros atuais — acrescenta — mas todo mundo sabe que uma alteração profunda da política econômica de um país exige a troca de ministros. Ora, se está mudando é porque a política até então em andamento não estava dando certo. Assim, nada mais normal, de acordo com o processo democrático, que a vinda de novos ministros.

Segundo Funaro, o pacote econômico que agora se anuncia deveria vir junto com um novo gabinete econômico, "pois, aí sim, haveria pelo menos uma mudança de expectativa". Ele acrescenta que não tem nenhuma dúvida com relação à capacidade dos atuais ministros, ressaltando, porém, que o problema é muito mais de "opção política".

— E essa opção deverá ser a opção do diálogo, de busca de soluções conjuntas, a fim de que não se repitam episódios como



OLAVO SETÚBAL
Dívida pública interna é o ponto crítico



RUY BARRETO
Temos que atender ao Brasil, não ao FMI



MÁRIO GARNERO
Em três anos Brasil pode sair da crise



ANTÔNIO ERMÍRIO
Há uma onda de agiotagem sobre o País

o que culminou com duas alterações sucessivas na lei salarial. Praticamente, nenhum trabalhador foi ouvido — lembra Funaro — quando a retórica oficial diz que as mudanças foram feitas para beneficiar o assalariado.

Problemas estritamente econômicos que começam a ser ventilados, como a desindexação da economia, também precisarão de um amplo debate, não só com a classe empresarial mas também com os trabalhadores. Para tanto, será preciso uma verdadeira união do Governo com os empresários e os assalariados, através dos sindicatos, acabando-se com a política dos decretos-leis, "que não mais deveriam existir nesta fase de plena abertura democrática".

— O Governo que age assim não está querendo dialogar com ninguém — frisa o Presidente da Trol, uma das maiores indústrias de brinquedos e utensílios plásticos do País.

ABERTURA EM RISCO

Para o Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos — candidato a Vice-Governador pelo PDS e derrotado nas eleições de novembro do ano passado — a crise econômica atingiu proporção tal que se não houver uma mudança a nível de Governo, o País enfrentará uma crise política muito profunda. E tão perigosa, segundo ele, que poderá até mesmo prejudicar o projeto de abertura política promovido pelo Presidente Figueiredo.

Para evitar isso, Afif prega uma negociação política entre todos os setores da nação.

— As autoridades governamentais chegaram ao impasse total, pois a política

econômica traçada há três anos, de combate gradual à inflação, não deu resultado. Dessa forma, não resta outra alternativa ao Governo senão adotar uma série de medidas que contenham o déficit público, originado pelos subsídios e gastos das empresas estatais.

Tais medidas, explica Afif Domingos, por serem mais radicais, deverão gerar de imediato uma hiperinflação, mas com a vantagem de que nos próximos meses apresentarão uma tendência de queda da taxa inflacionária. Sem essas precauções, os preços dos produtos e serviços e o custo do dinheiro atingirão um nível de descontrole tal que o resultado será uma inflação, até o final do ano, ao redor de 180 por cento.

SACRIFÍCIOS

Afif assinala que o tratamento de choque implica em exigir da população brasileira mais sacrifícios, com o agravante de que a opinião pública perdeu a confiança nos ministros da área econômica, em função das medidas tomadas no passado.

Para que a nação aceite uma nova carga de sacrifícios, Afif afirma que as medidas a serem adotadas para conter o déficit público devem ser rebatidas com todos os segmentos representativos da sociedade — lideranças empresariais, sindicatos e outras entidades civis — "para que não surja um novo pacote econômico elaborado a partir das alquimias do Palácio do Planalto".

— Em qualquer circunstância, a sociedade precisa estar psicologicamente preparada para receber mais sacrifícios. Esta atitude não é meramente técnica, para ser decidida por um grupo de tecnocratas

insensíveis, mas é uma decisão política. Não tenho dúvidas de que até hoje quem pagou as contas da recessão foi o setor privado, o qual, por estar contido em função do alto custo do dinheiro, acabou cedendo terreno com uma velocidade espantosa para o avanço do Estado. Esse mesmo poder público que, em vez de dar o exemplo em termos de racionalização de custeio e investimento, tornou-se o pivô central do recrudescimento do processo inflacionário, por não controlar os seus gastos, o que comprometeu as metas firmadas com o FMI como condicionante para que os nossos credores aceitassem rolar a dívida externa.

CORTE NAS ESTATAIS

Afif Domingos considera necessário promover corte nos subsídios diretos, mas ele defende como prioritário que sejam contidos os gastos de custeio de pessoal das empresas estatais.

— Não conheço nenhum caso de contenção de pessoal ou corte de benefícios nas estatais — disse. Elas continuam pagando a seus funcionários o 14º e o 15º salários, os quinquênis e planos previdenciários fantásticos que provocam impacto direto nas despesas. Só na conta de pessoal e outros encargos sociais, o orçamento da Secretaria Especial de Controle das Estatais previra para este ano a soma de Cr\$ 5 trilhões — ou seja US\$ 10 bilhões. E é um número falso, uma vez que o orçamento previa uma inflação anual de 90 por cento. Se o Governo promover um corte de 20 por cento nesses gastos, o País terá uma economia de Cr\$ 1 trilhão, sem provocar desemprego ou mais recessão.

— Até hoje, só as empresas privadas e os trabalhadores apertaram o cinto, ao

passo que a mordomia continua campeando nas estatais. Agora é hora de tomar a decisão final: ou o Brasil escolhe a economia de mercado, ou caminhamos para a estatização gerada pela inércia do sistema.

O Vice-Presidente do Banco Real, Juarez Soares, concorda com o presidente da Associação Comercial, ao dizer que as autoridades econômicas devem instituir mudanças na política de combate à inflação, "mudanças essas que preservem o poder aquisitivo da população, pois é justamente o assalariado quem mais sofre com uma inflação neste nível".

Soares é de opinião que o Governo deveria se preocupar mais com as consequências da crise no campo social. Propõe o banqueiro o estímulo à construção civil, como forma de atacar duas frentes causadoras de problemas: o desemprego e o déficit habitacional. Ele considera, ainda, que o Governo vem retardando em demasia a adoção de medidas duras para combater o déficit do setor público — estampado no excessivo volume de recursos dispendido nos gastos governamentais — e rebaixar os índices inflacionários a níveis suportáveis.

REVOLUÇÃO SOCIAL

Para o Diretor-Superintendente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, também existe o risco de o processo de abertura democrática ser prejudicado pelas pressões ora exercidas sobre a nação, tanto a nível interno como no âmbito externo. Ele considera que os credores internacionais do Brasil deveriam saber desse risco, antes de se recusarem a manter a ajuda financeira ao País.

Tal como outros empresários do setor produtivo, ele vociferou contra "a onda de agiotagem" que se abate sobre o País, propondo até o tabelamento de juros. Isto porque, além de tudo, o Governo insiste em controlar os preços dos produtos industriais, com algumas exceções. Ao mesmo tempo, quando tem que recorrer aos bancos, os industriais têm que se sujeitar a juros superiores a 12 por cento ao mês para o desconto de duplicatas.

Antônio Ermírio — que determinou a suspensão dos investimentos das empresas do grupo Votorantim, "até que haja uma política industrial e a economia do País esteja reorganizada" — teme também o crescimento do desemprego. E vê, até — caso o problema persista — o perigo de uma revolução social no País.

A nível externo, o empresário propõe ao Governo do Presidente Reagan, dos Estados Unidos, que lidere um movimento internacional em favor do Brasil, a fim de que a comunidade financeira mundial exija menos do País, que já não tem como pagar os US\$ 13 bilhões referentes ao ser-

viço da dívida. Ele é contra a moratória, "porque somos dependentes demais do petróleo importado", mas acha que está na hora de o Fundo Monetário Internacional dar um prazo de carência ao Brasil. Dois anos seriam suficientes, pensa Ermírio de Moraes, para que o País resolvesse seus problemas mais prementes.

HORA DE NEGOCIAR

Mário Garnero, um empresário com livre trânsito junto à comunidade empresarial dos Estados Unidos e Europa, acha que chegou a hora do Governo brasileiro parar e pensar. Mas tudo muito rápido, porque a comunidade financeira internacional já está pronta para sentar e negociar com o Brasil.

Sua vivência o credencia para afirmar que o País pode negociar a dívida com prazo de 20 anos, com sete a oito de carência. Se for necessário, até emitindo bônus, como fez a Alemanha após a II Guerra Mundial. Afinal, lembra, o Brasil já enfrentou verdadeiras guerras, além da II Mundial, como a do petróleo e a dos juros internacionais.

O Presidente do Brasilinvest — que neste fim-de-semana promoveu em Foz de Iguaçu a 4ª Reunião da Junta de Governadores do Brasilinvest — demonstra otimismo no sucesso dessas negociações:

— No momento, nos deparamos com a existência de um movimento de crescimento da economia internacional, o que levanta uma nuvem psicológica amplamente favorável, da qual podemos e devemos nos aproveitar. Os banqueiros internacionais, que não querem perder o Brasil, sabem que nosso País precisa apenas de um prazo para respirar, a fim de que não surjam problemas sociais graves, cujos resultados são conhecidos pelos países desenvolvidos. Precisamos é de audácia para chegar aos nossos credores, explicar claramente nossa situação e dizer que essa fase não vai durar mais que dois ou três anos.

Citando uma preocupação recentemente manifestada pelo ex-Secretário de Estado Americano, Henry Kissinger, o empresário Dilson Funaro entende que não é só o Brasil que precisa mudar sua política e aprender a ser respeitado na comunidade financeira internacional. Segundo ele, também as regras do FMI devem urgentemente ser alteradas, pois o mundo mudou muito e nenhum país pode hoje aceitar imposições tão rígidas que só contribuem para a recessão e o desemprego.

— O Governo brasileiro — sugere ele — tem que negociar com o Fundo como representante de um país importante na comunidade mundial. Um país que, por estar em processo de desenvolvimento, não pode nunca aceitar regras recessivas.